

## **ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NAS CIDADES BRASILEIRAS**

Vanderli Custódio<sup>1</sup>  
Ana Cecília de Arruda Campos<sup>2</sup>  
Sílvio Soares Macedo<sup>3</sup>  
Eugenio Fernandes Queiroga<sup>4</sup>

### **Resumo**

Objetivos: as reflexões apresentadas são os primeiros resultados do projeto temático de pesquisa intitulado “Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil – QUAPÁ-SEL”. A investigação, sediada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), conta com a participação de diversos laboratórios e grupos de pesquisadores de instituições públicas e privadas de todo o Brasil, sobretudo arquitetos e geógrafos. O objetivo principal é verificar as transformações dos espaços livres públicos de cidades brasileiras no contexto da dinâmica dos processos socioeconômicos e da realização da esfera pública. **Métodos:** foram realizadas 22 oficinas de trabalho em cidades de diferentes portes em todas as regiões do país. Nelas realizamos seminário e reconhecimento de campo. **Aportes principais:** os espaços livres urbanos, de propriedade pública ou privada, com livre acessibilidade, como ruas, calçadas, parques, praças; espaços livres corporativos e institucionais, ou mesmo trechos urbanos reconhecidos pelas intensas atividades de

---

<sup>1</sup> Profa. Dra. do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (Área Temática de Geografia). Brasil. E-mail:vanderlicustodio@gmail.com

<sup>2</sup> Pesquisadora do Laboratório da Paisagem, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Brasil.

<sup>3</sup> Prof. Dr. da Área de Paisagem e Ambiente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Brasil.

<sup>4</sup> Prof. Dr. da Área de Paisagem e Ambiente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Brasil.

convívio, são potenciais realizadores da esfera de vida pública, entendida como a possibilidade do encontro e da diversidade. O Poder Público tem significativo papel na produção de novos espaços livres destinados ao convívio e lazer, no entanto há sérios conflitos de gestão e apropriação.

**Palavras chave:** espaços livres; espaço urbano; cidade

## **Introdução**

O texto apresenta alguns dos resultados do projeto temático de pesquisa intitulado *Os Sistemas de Espaços Livres e a Constituição da Esfera Pública Contemporânea no Brasil – QUAPÁ-SEL*, realizado entre os anos de 2006 e 2011, cujos resultados estão sendo divulgados no corrente ano.

O objetivo principal do estudo foram os padrões existentes de sistemas de espaços livres públicos e privados nas cidades brasileiras, verificando os principais elementos dos sistemas e as diversas formas de apropriação realizadas pelos grupos sociais. A investigação, sediada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP)<sup>5</sup>, no Laboratório QUAPÁ, contou com a participação de diversos laboratórios e grupos de pesquisadores de instituições públicas e privadas do País, sobretudo arquitetos e geógrafos.

Os procedimentos básicos se constituíram do levantamento, análise e representação da legislação urbanística e ambiental; levantamento e análise gráfica de mapas e fotos aéreas; realização de dois dias de oficina, *in loco*, com a participação de instituições locais e regionais de ensino superior público e privado, representantes do Poder Público, agentes do mercado imobiliário local, organizações não governamentais e movimentos sociais urbanos; realização de colóquios anuais e da elaboração de relatórios. Foi analisado um conjunto de 23 cidades, abrangendo todas as regiões e quase todos os estados brasileiros<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> A coordenação geral é exercida pelos professores doutores Sílvia Soares Macedo e Eugênio Queiroga. O núcleo São Paulo é composto pelos seguintes pesquisadores: Ana Cecília de Arruda Campos, Fábio Mariz Gonçalves, Fany Galender, Helena Degreas, Rogério Akamine e Vanderli Custódio.

<sup>6</sup> O Brasil possui 192 milhões de habitantes, 27 estados e 5.564 municípios. No Brasil, a sede de um município é uma cidade. Privilegiamos, na medida do possível, a capital dos estados, mas também analisamos

São elas: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Maceió, Manaus, Maringá, Natal, Palmas, Recife, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Salvador, Santa Maria, São Luís, São Paulo, Sorocaba, Suzano e Vitória.

Neste texto, a preocupação é a de comunicar algumas conclusões da pesquisa. Para tanto, passamos pela consideração do que seriam os sistemas de espaços livres urbanos, do que seria “esfera pública geral”, pela breve caracterização dos processos de metropolização e globalização nos quais estão imersas as cidades estudadas, bem como pela análise dos tipos de espaços livres (ELs) públicos urbanos no Brasil, pela atuação do Poder Público e, pela vinculação entre formas de apropriação e potenciais de uso dos referidos espaços.

### **Sistemas de espaços livres urbanos**

A consideração dos sistemas de espaços livres urbanos parte do pressuposto que toda cidade possui um sistema (relações dinâmicas entre os elementos) de espaços livres. Um sistema que existe, seja conectado fisicamente ou não, seja planejado ou não, bem como do pressuposto que a configuração espacial de toda cidade é constituída por dois tipos de espaços físicos: os espaços edificados e os espaços livres de edificação. Segundo Magnoli (1982): “*O Espaço Livre é todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz) ao redor das edificações e que as pessoas têm acesso*”, assim o que os difere é a presença ou ausência de volumetria, de edificação confinante por teto ou paredes.

As ruas e calçadas são os ELs urbanos por excelência, contudo cabe a menção das avenidas, calçadões, jardins, matas, parques, pátios, praças, quintais, rios, vazios urbanos e outros. Segundo Macedo, Custódio et al (2009: 5), a localização, a acessibilidade e a distribuição dos ELs constituem um complexo de conexões com múltiplos papéis urbanos: “*atividades do ócio, circulação urbana, conforto, conservação e requalificação ambiental, drenagem urbana, imaginário e memória urbana, lazer e recreação, dentre outros.*”

Os ELs urbanos podem ser de natureza privada ou pública e, neste sentido, cabe esclarecer que a pesquisa tratou de ambos, uma vez que juntos formam uma unidade articulada no espaço urbano. Articulação em redesenho por conta do incremento da

---

cidades nas quais conseguimos criar um núcleo da pesquisa ou estabelecer um contato possibilitador da realização de oficina. No prosseguimento da pesquisa intenta-se abranger todas as capitais estaduais.

implantação de loteamentos fechados com diversos tipos de espaços livres privados como campos de golfe, pistas de *cooper*, ciclovias, piscinas e amplos estacionamentos. Contudo, mesmo cientes dos limites dos recortes, neste texto-resultado elaboramos um recorte da pesquisa, qual seja, tratamos somente dos espaços livres públicos, deixando os espaços livres privados para outra oportunidade.

São diversos os tipos de ELs públicos nas cidades pesquisadas, mas podem ser enquadrados em três tipos-padrão, os: 1) de circulação, convívio, lazer e recreação, como calçadas, calçadões de orla fluvial, marítima e lagunar, ciclovias, mirantes, ruas, parques, praças, zoológicos; 2) de preservação ou conservação<sup>7</sup> ambiental: Áreas de Proteção Ambiental (APA), Áreas de Preservação Permanente (APP)<sup>8</sup>, dunas, encostas íngremes, falésias, fundos de vale em geral, grotas, lagoas, lagos, mangues, matas, morros, orlas, restingas, rios; 3) espaços livres relacionados a usos específicos: espaços de redes infra-estruturais – estações de tratamento d’água, de esgotos, de rebaixamento de tensão elétrica, aterros sanitários, cemitérios, espaços livres de complexos penitenciários, militares, esportivos, centros de pesquisa, etc. Evidentemente, tais tipos-padrão por vezes apresentam funções mais complexas, uma APP urbana pode se prestar à mobilidade de baixo impacto (ciclovias, por exemplo) e ao lazer, de forma análoga um *campus* universitário pode apresentar práticas esportivas e de lazer aos finais de semana, entre inúmeros exemplos de multifuncionalidade que efetivamente caracterizam os sistemas de ELs urbanos brasileiros.

### **A realização da “esfera pública geral”<sup>9</sup>**

É mister o esclarecimento de alguns conceitos: 1) esfera (de vida) privada; 2) esfera (de vida) pública ou esfera pública “política”; 3) esfera “social” e; 4) “esfera pública geral”.

Segundo Arendt (1991: 67), “[...] *ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes. É este o significado da vida pública [...]*”, em contraposição à esfera de vida privada, pois “[...] *até mesmo a mais fecunda e*

---

<sup>7</sup> Há muita confusão entre os termos, contudo é possível resumir que proteção ambiental pressupõe o máximo de intocabilidade e, conservação ambiental, pressupõe a idéia de uso controlado.

<sup>8</sup> Ver. Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), n.º. 303, de 20 de março de 2002.

<sup>9</sup> Trechos inteiros dessas reflexões constam de trabalho apresentado no EGAL de 2009 e em MACEDO, S. S.; QUEIROGA, E.; ARRUDA CAMPOS, Ana C.; et al., 2009.a.

*satisfatória vida familiar pode oferecer somente o prolongamento ou a multiplicação de cada indivíduo, com os seus respectivos aspectos e perspectivas”* (Ibid.: 67). Ainda conforme Arendt (1991: 15), a expressão *vita activa* compreende três atividades humanas consideradas fundamentais: o labor, o trabalho e a ação. O labor diz respeito ao atendimento das necessidades do corpo biológico, o trabalho constrói a artificialidade do mundo e seria o responsável por sua duração além do período de vida humana e, a ação seria a “[...] *única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria* [...]”; portanto a ação corresponderia à esfera da vida pública, a da realização da política *stricto sensu*; o que ora passamos de denominar de esfera pública “política”<sup>10</sup>. (QUEIROGA, 2009)

Arendt (1991), ao analisar as transformações pelas quais passava o mundo após a Segunda Guerra Mundial, identificou e alertou para a acentuada decadência da esfera de vida pública (esfera pública “política”). Habermas (1984) referendou tal tendência e discutiu o incremento de uma esfera “social”, que estaria substituindo a esfera de vida pública “política”.

A esfera social seria caracterizada pelas relações econômicas de mercado, pelo mundo dos negócios e teria surgido com a decadência do sistema feudal e ascensão da burguesia capitalista (SERPA, 2007: 17, *apud* Prado Jr., 1995<sup>11</sup>). Mesmo onde não houve sistema feudal, como na América Latina, tal esfera aportou com a expansão quinhentista e se espalhou no bojo do capitalismo aqui implantado. Inclusive, a regulamentação da esfera social avançou mesmo antes do reconhecimento da esfera pública “política”.

Com a expansão das modernas classes médias urbanas, no século XX, a esfera social tem sido crescentemente fortalecida pela ideologia do consumo de bens de necessidade imediata, mas, sobretudo de bens simbólicos, asseguradores de *status* urbano de indivíduos e grupos. A cidade passa então a ser tida como *locus* de um grande espetáculo, onde são considerados importantes os “espaços” para ver e ser visto, os

---

<sup>10</sup> Nas palavras de Queiroga (2009: 15): “[...] *propõe-se considerar a vida em público como esfera pública geral, uma esfera de vida pública, ampla, lato sensu, que, sem dúvida, inclui a esfera pública harendtiana, restrita, stricto sensu, a qual se propõe denominar de ‘esfera pública política’, empregando a expressão proposta por Habermas (2006).*”

<sup>11</sup> PRADO JUNIOR, Plínio W. Observations sur les ruines de la publicité. In: JOSEPH, Isaac (dir.). *Prende place: espace public et culture dramatique*. Cerisy: Éditions Recherches, 1995, p.111-128.

“espaços” de vitrine e pretensa transparência (VIRILIO, 2005: 24)<sup>12</sup>; onde o consumo da forma, da função e dos conteúdos programados (ideológico-simbólicos) se alimenta das incertezas e inseguranças do mundo globalizado, a um só tempo, sucateador e reforçador de identidades e pertencimentos. Pode-se dizer que a esfera social comporta indivíduos com comportamentos-padrão (consumidores)<sup>13</sup> com práticas e códigos-padrão, e assim, não seria realizadora da alteridade e da diversidade.

Contudo, entendemos que o “ver e ser visto por outros” permanece tanto na esfera pública “política”, como na esfera social, isso porque mesmo na homogeneidade-padrão da esfera social há possibilidade do encontro com o diverso, sobretudo numa cidade, local de adensamento de população autóctone e proveniente de vários tipos de processos migratórios. Neste sentido, tomamos a liberdade de considerar a existência de uma “esfera pública geral” (QUEIROGA, 2009) que incorporaria as concepções de Arendt (esfera de vida pública) e de Habermas (esfera social) e se realizaria em todo tipo de espaço (urbano) público ou privado que possibilite “ver e ser visto por outros”, mesmo que o “outro” seja um tipo padrão – o simples estar diante de alguém, semelhante ou diferente, é um ato político que pode provocar reflexão e transformações recíprocas. Desta feita, doravante nos referimos à realização de uma esfera pública geral nos ELs públicos urbanos no Brasil, sem aspas.

Atentando para este tipo de EL, diríamos que é aquele de propriedade e apropriação públicas, é nele – um dos objetos e produtos do planejamento urbano-metropolitano, – que a esfera pública geral envolve toda “[...] *a construção da cidadania, do interesse público, do bem público constituído socialmente diante do conflito de interesses individuais ou de grupos [...]*” (MACEDO, CUSTÓDIO et al, 2009: 3).

Do exposto, fique entendido o nosso foco na importância dos ELs públicos para a realização da esfera pública geral nas cidades brasileiras.

### **As cidades brasileiras e os processos de metropolização e globalização**

---

<sup>12</sup> VIRILIO, P. (2005: 24) escreve: “A transparência torna-se evidente, uma evidência que reorganiza a aparência e a medida do mundo sensível e, portanto, muito em breve, sua figura, sua forma-imagem.”

<sup>13</sup> Na obra *O espaço do cidadão* (1ª. edição em 1987), M. SANTOS tratou detalhadamente de vários aspectos que dizem respeito à esfera social, com destaque à emergência de um “consumidor mais-que-perfeito” em detrimento da emergência de um cidadão perfeito.

Na obra *Urbanização brasileira*, cuja primeira edição é do ano de 1991, o geógrafo Milton Santos, chamou a atenção para o processo de metropolização em curso no Brasil. Fenômeno distinto da urbanização pura e simples, por seu caráter mais complexo. Segundo o autor (SANTOS, 1993: 77), desde 1950, passamos por um estágio de “urbanização aglomerada” com o aumento dos núcleos com mais de 20.000 habitantes, depois ingressamos no estágio da “urbanização concentrada”, com o aumento do número de cidades de tamanho intermediário, “[...] *para alcançarmos, depois, o estágio da metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (em torno do meio milhão de habitantes)*”. Justamente o caso de muitas das cidades pesquisadas.

Contemporâneo de tal processo de metropolização no Brasil – sinônimo de intensificação da circulação de pessoas para fins de trabalho, lazer e recreação, estudo e compras, bem como de circulação de mercadorias, idéias e normas – tivemos o ostracismo do planejamento urbano no mundo capitalista na década de 1980, isso por conta do retorno do ideário neoliberal, da privatização e diminuição do papel do Estado no mercado ensejados pelo processo de globalização. Porém, o avanço do próprio projeto neoliberal desembocou no ressurgimento do planejamento urbano nas décadas de 1990 e primeira década do século XXI – um planejamento urbano neoliberal que objetiva da cidade, tida como empresa e mercadoria, maior produtividade e competitividade. (VAINER, 2009: 75-103).

No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, tornou-se obrigatória a elaboração do Plano Diretor Municipal, assim o planejamento urbano, sob as bandeiras da descentralização e da participação ampla da sociedade civil, retornou à cena, por vezes sob a adjetivação de “estratégico”, como é o caso do Plano Diretor Estratégico de São Paulo.

Desde então o que se tem observado é um Poder Público urbano que entre o atendimento às demandas básicas da população (internas) e o atendimento daquelas colocadas pelos agentes hegemônicos da globalização (externas), tem pendido para este último lado. Característico tem sido o planejamento de curto prazo, ao qual muito bem se presta o Plano Diretor, cuja revisão ocorre de quatro em quatro anos. Não que este seja o objetivo e o fundamento básico do Plano Diretor, mas a isso tem se prestado: à atração de

recursos privados para a implantação de projetos urbanos de oportunidade<sup>14</sup>, ou seja, do que se tem denominado de empresariamento ou empreendedorismo urbano (Harvey, 1996; Hall, 2007, respectivamente). Diversos são os resultados contraditórios do planejamento urbano em realização no Brasil. Cabe-nos ressaltar aqueles relacionados aos ELs públicos (forma e conteúdo) que, apesar da forte atração exercida pelos *shopping centers*, ainda são muito utilizados pela população, como tem revelado nossa pesquisa. São, portanto, ainda importantes para “o ver e ser visto” da realização da esfera pública geral.

## **Análise**

### **Do conjunto das cidades pesquisadas**

Sobre as 23 cidades estudadas (tabela 1, adiante), é preciso validar a significância, senão quantitativa, ao menos qualitativa do conjunto analisado: 17 cidades são capitais de estado e destas apenas 3 possuem menos de meio milhão de habitantes: Florianópolis, Vitória e Palmas, porém quando consideradas no bojo de uma região metropolitana possuem mais de um milhão de habitantes, com exceção de Palmas. Verdade seja dita que algumas regiões metropolitanas existem formalmente, apenas no papel, pois foram criadas somente para garantir o acesso a linhas específicas de financiamento, por exemplo, do Ministério das Cidades (criado em 2003), portanto estabelecidas com critérios pouco sérios, é o caso, por exemplo, da região metropolitana de Maceió, mesmo assim, e apesar da diferença entre cidade e metrópole, podemos nos fiar na ocorrência de um processo de metropolização em curso, mais avançado em alguns nós da rede urbana do que em outros. Das capitais, 14, em ordem decrescente, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Fortaleza, Belo Horizonte, Manaus, Curitiba, Recife, Belém, Campinas, São Luís, Maceió e Natal, são sedes dos 20 municípios mais populosos do País<sup>15</sup> (IBGE, 2010), equivalendo a

---

<sup>14</sup> Caso significativo é o do Rio de Janeiro, que inclusive não tem Plano Diretor.

<sup>15</sup> Os outros seis são: Porto Alegre-RS, 1.409.939 hab., 10º lugar; Goiânia-GO, 1.301.892 hab. (12º. lugar); Guarulhos-SP, 1.222.357 hab. (13º. lugar); São Gonçalo-RJ, 999.901 hab. (16º. lugar); Duque de Caxias-RJ, 855.046 hab. (18º. lugar); Teresina-PI, 814. 439 hab. (19º. lugar). Em tempo, o Brasil possui cerca de 192 milhões de habitantes.



aproximadamente 36 milhões de habitantes ou aproximadamente 19% da população urbana<sup>16</sup>.

Em 2008, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão oficial responsável pela realização de censos no País, publicou nova hierarquização da rede urbana brasileira, em conformidade com o tamanho e a influência exercida pelas cidades<sup>17</sup>. As 23 cidades analisadas estão assim classificadas: 1 é *grande metrópole nacional* (São Paulo) e 2 são *metrópoles nacionais* (Brasília e Rio de Janeiro), ou seja, influenciam o território nacional; 7 são *metrópoles regionais*, aquelas que exercem influência em escala macrorregional (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Recife e Salvador); 12 são *capitais regionais*, de influência estadual, subdivididas em *capitais regionais A* (Campinas, Campo Grande, Florianópolis, Maceió, Natal, São Luís e Vitória), *B* (Maringá, Ribeirão Preto, Palmas, Santa Maria) e, *C* (Sorocaba); 1 é *centro sub-regional A* (Suzano)<sup>18</sup>, influencia cidades do entorno; nenhuma é *sub-regional B*, *centro da zona* ou *centro local*, ou seja, com influência restrita às imediações.

Resguardados os limites e polêmicas de toda taxonomia, o conjunto é caracterizado, no mínimo, pela importância regional da maioria das cidades, – por exemplo, Manaus é a cidade cabeça de rede de toda a Região Norte, composta por 7 estados; Fortaleza, Recife e Salvador concorrem pela primazia regional do Nordeste, composto por 9 estados; ou seja, o conjunto investigado possui relevância qualitativa e nos permite algumas conclusões generalizadoras.

## **Dos tipos de espaços livres públicos urbanos no Brasil**

Sobre os ELs públicos urbanos de circulação, convívio, lazer e recreação podemos dizer que as ruas, que deveriam comportar a escala do pedestre, não apenas a dos veículos e, suas calçadas deveriam ser generosas e bem conservadas. Em todas as cidades,

---

<sup>16</sup> A população urbana brasileira, em 2010, era de 160.879.708 habitantes, ou 84% da população total do país.

<sup>17</sup> Nas palavras do IBGE (2008): “[...] buscou-se definir a hierarquia dos centros urbanos e delimitar as regiões de influência a eles associadas a partir dos aspectos de gestão federal e empresarial e da dotação de equipamentos e serviços, de modo a identificar os pontos do território a partir dos quais são emitidas decisões e é exercido o comando em uma rede de cidades”.

<sup>18</sup> Informação presumida.

planejadas como Campo Grande, Maringá e Palmas, ou não, as ruas são priorizadas ao uso de automóveis e ônibus. As calçadas são, via de regra, estreitas e com obstáculos como bancas de jornal e barracas diversas; apresentam metragem irregular e péssimo estado de conservação.

Somente em Campo Grande, Curitiba, Maringá e Palmas, cidades total ou parcialmente planejadas com amplos ELs públicos, as calçadas são generosas, porém de pouco uso para o caminhar devido ao calor intenso. Em contraposição, na pobre e quente cidade de Belém, em certos trechos de vias, calçadas estreitas são utilizadas por crianças que não dispõem de ELs para o lazer e por adultos que, com cadeiras na calçada, conversam ao entardecer. As casas precárias não deixam alternativas aos moradores.

Em face dos problemas constatados algumas cidades têm implementado propostas de melhoria, por exemplo, o Projeto Calçada Cidadã, em Vitória, o Projeto Calçada Limpa, em Campinas e o Projeto Calçada da Gente, em Natal.

As praças e os parques são os tipos mais comuns de ELs públicos urbanos do Brasil (MACEDO, 1999). Elas apresentam tipos, tamanhos, temas e usos diversificados (QUEIROGA, 2001); porém são concentradas e melhor tratadas nos bairros centrais dinâmicos (Belém, Florianópolis e Suzano) e bairros das classes médias e altas (Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo).

É grande a demanda por praças em bairros pobres e, estas quando implantadas, nem sempre recebem manutenção continuada dos equipamentos e da iluminação noturna, tornando a acessibilidade e o uso restritos. A falta de manutenção, comumente aparece associada à frequência de traficantes e usuários de drogas, na maioria jovens do sexo masculino, e da atividade de prostituição – também formas de realização da esfera pública geral.

Das cidades estudadas, Maringá e Palmas dispõem de estoques de ELs públicos destinados, em plano, à implantação de praças. Algumas dispostas em locais de baixa densidade, como em Palmas; outras em locais consolidados são muitas vezes ocupados indevidamente pelo próprio Poder Público ou pelo setor privado. Com construções como colégios, postos de saúde e creches ou ainda por igrejas, quiosques e restaurantes.

A difusão do uso do automóvel e dos *shopping centers* como símbolo de lazer coletivo de várias frações de classe urbana não coibiu o uso de certos tipos de ELs como os grandes parques. Inclusive, até se pode dizer que a esfera pública geral se realiza mais fortemente nos ELs urbanos do tipo parque regional/metropolitano e, sobretudo, nos finais de semana; e isso mesmo que haja outros tipos de ELs, como praças, com boa manutenção, nas proximidades das residências das pessoas.

Tais parques, não raro, são referência na cidade, tanto para os moradores quanto para os visitantes – possibilitam o “ver e ser visto por todos” da esfera pública geral. Entretanto, a renovação dos existentes e a concepção de novos e modernos parques-símbolo (Mangal das Garças em Belém) têm criado ELs que, *stricto sensu*, seriam realizadores mais da esfera social: de exibição da capacidade de consumo. A frequência, mesmo quando diversificada, é seletiva, ou seja, certos locais dos parques são utilizados pelas classes médias e outros pelos pobres. Em alguns parques a acessibilidade é comprometida pela carência de meios e vias de transporte coletivo (Belém e Salvador), em outros porque destinados a usuários-padrão (Curitiba). Contudo, reiteramos, para fins deste estudo, a idéia de esfera pública geral permanece.

Quando falamos de ELs públicos urbanos de preservação ou conservação ambiental podemos afirmar que em todas as cidades estudadas há elementos que se poderia denominar de naturais, seja em áreas periurbanas, como as zonas de proteção de Campinas e Natal, ou áreas intraurbanas, como o Parque do Cocó em Fortaleza, , a Floresta da Tijuca no Rio de Janeiro e a Mata de Santa Tereza em Ribeirão Preto.

São ELs com potencial à realização da esfera pública geral: montanhas (Palmas, Rio de Janeiro), lagoas (Maceió, Campo Grande, Rio de Janeiro), matas (Palmas, Rio de Janeiro), orlas de rio ou mar (Belém, Maceió, Manaus, Recife, Vitória, Palmas, Rio de Janeiro), anéis de vegetação em volta da cidade (Belo Horizonte, Belém, São Paulo), e áreas de conservação não consolidadas (Palmas). No entanto, denota-se que as zonas de proteção e conservação possuem um peso desproporcional entre a sua área física delimitada e o tecido urbano onde estão inseridas, o que em si não é um problema, mas evidencia a escassez de ELs públicos devidamente qualificados para uso direto, *in loco*.

Sua delimitação tende a gerar conflitos com os mais diversos grupos sociais por causa da pressão por áreas para o estabelecimento de funções urbanas como habitação, ou depósitos de lixo e entulho. Outro conflito diz respeito aos estoques de áreas de conservação, sem qualificação para uso público, comumente são extensas áreas em relação ao EL de uso urbano devidamente tratado e qualificado. Estes conflitos variam de município a município em decorrência dos distintos ritmos de urbanização, do estabelecimento da legislação e preocupação ambiental que são mais recentes.

Evidenciam-se conflitos entre estas áreas e outros usos urbanos como habitação em função da carência de espaços liberados para este fim em centros de maior porte e adensamento construído. Coloca-se ainda outro conflito: como criar na malha urbana consolidada ELs públicos? A possível utilização das áreas de conservação e preservação para lazer e recreação urbanos, passa pela análise de viabilidade de formas de utilização parcial ou total das estruturas naturais sem prejuízo ambiental.

Em termos políticos, verificou-se o fortalecimento de uma tendência expressa nos planos diretores municipais desenvolvidos, principalmente a partir da década de 1990 em diante, de incorporar, de fato, o discurso ambiental, o que acarretou maior importância aos ELs urbanos. A questão do meio ambiente é abordada de modo mais consistente, com a realização de ações concretas em alguns casos. Entretanto, os projetos de maior porte e visibilidade urbana implantados, em sua maioria, estão centrados em áreas de médio e alto poder aquisitivo. Este fato não exclui iniciativas de governos municipais de implantação de projetos de ELs em áreas mais carentes como o Programa de Centralidades Urbanas em São Paulo, ou as academias de ginástica a céu aberto em Vitória ou Rio de Janeiro, o Programa Vila Viva (urbanização de favelas) em Belo Horizonte, ou o Programa Viva Bairro em São Luís, embora ainda insuficientes para a escala urbana onde estão inseridos.

A efetiva criação de áreas de proteção e conservação de estruturas naturais, que se pode constatar, gerou estoques significativos de ELs nas cidades. Entretanto, se por um lado a reserva destas áreas é de grande importância em termos ambientais, por outro, reiteramos, não se equacionou o possível uso das reservas por parte da população, permanecendo isoladas em sua maior parte. Este fato agrava a realidade da escassez de ELs urbanos devidamente qualificados. Pode-se citar como exemplo o município de Natal, com

dez zonas de proteção ambiental de porte (ZPAs), sem ELs urbanos adequados, à exceção de dois trechos da orla marítima, ou Maceió, cuja prioridade é a qualificação da orla destinada aos turistas, em contraposição a um tecido urbano altamente construído e adensado.

O estabelecimento de APPs urbanas (áreas de preservação permanentes) tende a criar conflitos de uso e gestão, além de afastar a população das margens dos corpos d'água. Sua determinação por legislação federal criou estoques significativos de áreas a serem conservadas, sem que exista ainda uma discussão ampla da sociedade e do Estado sobre sua destinação. A drenagem urbana, diretamente relacionada com as APPs e os sistemas de ELs, dificilmente é associada a eles e tratada em conjunto. A poluição dos corpos d'água por esgotos domésticos limita o uso das margens, e passa uma imagem negativa de rios, lagos e lagoas para a população.

A precariedade do saneamento básico urbano, especificamente tratamento de esgoto doméstico e drenagem de águas pluviais, é observada em todas as cidades, sobretudo em bairros pobres, mas também em bairros de alto padrão. Por conta dos recursos externos ofertados, os planos de uso de bacias hidrográficas urbanas têm merecido atenção do Poder Público municipal. Contudo, se prioriza o embelezamento das várzeas e não o tratamento dos esgotos e a recuperação da qualidade das águas.

Nas cidades litorâneas, as praias e orlas atrativas aos turistas de outras regiões do país e do estrangeiro recebem embelezamento, implantação de ciclovias e equipamentos destinados à prática de ginástica e esportes (Maceió, Rio de Janeiro). Nas demais o tratamento inexistente.

A arborização urbana apontada como um elemento de qualificação urbana, e não apenas de embelezamento como no início do século XX, tem difusão e aceitação pela população de maneira diferenciada no território nacional. Além disto, se em determinados municípios como Campo Grande e Maringá são expressivos os gastos públicos com implantação e manutenção, objetivando uma possível melhoria da qualidade ambiental, as ações também se concentram em áreas de maior poder aquisitivo ou visibilidade. Cabe registrar o diferencial positivo da arborização nas cidades planejadas como Brasília, Campo Grande, Maringá e Palmas.

Dos ELs públicos urbanos de usos específicos, cabe destacar as extensas áreas, florestadas ou não, pertencentes às forças armadas brasileiras, com destaque para o Exército e a Marinha em Belém, Campinas, Manaus, Rio de Janeiro e Vitória.

Cabe também uma menção aos grandes projetos que criam ELs públicos urbanos, pois obedecem, cada vez mais, à lógica mundial urbana – fontes disponíveis de recursos e estratégia no caminho do *status* de cidade mundial. Assim, destaque nesses tempos contemporâneos são os projetos de ELs destinados mais ao efeito de vitrine internacional, como certos parques lineares, os ELs resultantes de renovação de áreas centrais (São Paulo, Vitória) e orlas fluviais ou marítimas (Belém, Maceió); as praças de grife (Belém); o entorno livre de museus e até mesmo as pontes (Rio Branco e, São Paulo), sobretudo as do tipo estaiada. Alguns exemplos são: a Cidade da Música, no Rio de Janeiro, projeto do francês Portzamparc; o Museu do Amanhã, também no Rio de Janeiro, projeto do espanhol Santiago Calatrava; as intervenções paisagísticas de Rosa Kliass, em Belém; o parque linear em torno de Represa do Rio Tocantins, em Palmas, projeto parcialmente implantado de M. Cecília Gorski; o Observatório do Pantanal na cidade de Campo Grande, projeto de Oscar Niemeyer, dentre outros.

Se os projetos de grife servem bem para atrair turistas e de amenidades urbanas para o turista de negócios ou lazer, contribuem também à especulação imobiliária (o acesso e visão de certos ELs são negociados no mercado imobiliário, causando valorização de certas áreas urbanas em detrimento de outras) e à realização da esfera pública geral ao proporcionar o encontro dos diversos habitantes locais e destes com os “estrangeiros” nacionais e internacionais. Contudo, um projeto adequado, e há que se registrar que alguns são interessantes, como as praças com estátuas ou com aparelhos de condicionamento físico que sugerem e possibilitam interatividade (Belo Horizonte e Rio de Janeiro),

Existem, sem dúvida, alguns programas conduzidos por iniciativas públicas que revelam qualidade projetual e rica apropriação pela população. Os exemplos de bons projetos se fazem notar, mas, ainda assim, se constituem em exceção à regra. Entre outros, pode-se citar as praças e parques implantados em periferias de Belo Horizonte (muitas), São Luís e Campinas (poucas), ou o tratamento da orla da Baía Noroeste em Vitória.

A multifuncionalidade dos elementos de um sistema de ELs urbanos deveria ser fator de maior atenção das ações públicas, desta forma poder-se-ia ampliar seu uso, sua importância na vida urbana, na esfera pública geral e na conservação ambiental.

### **Da atuação do Poder Público**

O Poder Público é fundamental como produtor do espaço urbano<sup>19</sup>, portanto fundamental para a gestão (planejamento, projeto, implantação e manutenção) dos ELs públicos urbanos.

Observa-se no País um crescente envolvimento do Poder Público na produção de novos ELs destinados ao convívio, lazer e conservação ambiental, e uma utilização intensa de boa parte destes espaços, ao contrário de um discurso de esvaziamento dos espaços públicos. Mesmo porque, os espaços públicos são a mais importante categoria de ELs urbanos. Neste sentido, confirmamos o que Sobarzo (2006: 97) salienta: o espaço público está em transformação, mas não morto.

Carece, no entanto, uma visão que defina uma política específica voltada para os ELs urbanos, e que oriente a elaboração de planos e projetos, considerando seus múltiplos papéis e escalas. Os projetos desenvolvidos especificamente para a qualificação de espaços a partir de sua inserção e valor são ainda resultantes, em sua maioria, de ações pontuais – tipos de ações mais frequentes ainda no atual contexto de empreendedorismo urbano neoliberal.

Além disto, as estruturas de manutenção e recursos financeiros aplicados tendem a ser insuficientes para que logradouros públicos, calçadas e praças em especial, tenham uma qualidade urbana mínima. Em Maringá, com o fechamento do Parque do Ingá, as calçadas ao seu redor passaram a ser intensamente utilizadas pela população para convívio e lazer, uma vez que possuem condições adequadas. Entretanto, apenas a falta de investimentos por

---

<sup>19</sup> Os principais agentes sociais produtores do espaço urbano que, segundo Corrêa (1989:7), são: "(a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (b) os proprietários fundiários; (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos."

si só não explica a “redução de uso”: espaços devidamente tratados como o Vale do Anhangabaú, em São Paulo, objeto de projeto de reurbanização financiado pelo Poder Público, na década de 1980, não congrega a população tanto quanto se esperaria.

Projetos de requalificação de áreas centrais, como calçadões em Suzano e Florianópolis, também são indutores da implantação de ELs.

Existem planos diretores muito conservadores (Rio de Janeiro) e outros bem progressistas (Belém), mas em ambos os casos persistem a pulverização e a desarticulação de órgãos de mesmo nível responsáveis por praças e parques.. Estes fatos são devidos a um processo corrente na realidade nacional de gestões que praticamente não consideram os planos diretores e da freqüente desarticulação entre os diversos agentes públicos produtores de espaço urbano.

Um fato altamente pernicioso é o reducionismo da visão do Poder Público municipal no Brasil que ainda pensa, em geral, em termos de áreas verdes urbanas e de embelezamento e não em termos de ELs livres urbanos. Para um uso realmente social.

Os ELs públicos urbanos não são planejados como um sistema de cunho amplamente público, dessa forma, alguns deles são pouco interligados e pouco acessíveis à população em geral; há precariedade de projetos, da qualidade paisagística urbana (exceções Brasília e Campo Grande) e despreparo das equipes técnicas à execução dos projetos. Identificamos, em todas as cidades, a concentração em certos bairros de ELs tratados; as variações significativas na manutenção dos ELs em função das mudanças da gestão pública; a “adoção” (manutenção ou mesmo construção) de ELs públicos por parte de empresas privadas que os direcionam a usuários-padrão.

Por outro lado os resultados advindos das parcerias público-privadas não têm resultado, em parte dos casos, na criação de ELs de qualidade real para o usufruto da população.

Cabe um destaque para a desatenção crônica em relação a um tipo de EL muito utilizado, e que não tem recebido a devida atenção dos órgãos públicos: os campos de futebol. Quando muito há o planejamento de quadras poliesportivas no contexto de renovação de bairros centrais, de grandes projetos de implantação de áreas de lazer e recreação em orlas marítimas ou fluviais, de programas habitacionais como o Programa



Federal de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>20</sup>, porém, a qualificação e efetivação de campos de futebol informais por parte do Poder Público, inexistem. É a improvisação em terrenos não ocupados, roçados, areias, gramados e várzeas (Belém, Maceió, Manaus, Recife, São Luís, etc.) que tem possibilitado a apropriação e portanto a socialização de amplas camadas da população. Não identificamos em nenhuma das metrópoles um programa específico para esse tipo de EL que poderia ser público, nem mesmo em Maceió ou Recife, que conta com mais de 400 campos de futebol entre os formais e os informais. Se não há planejamento, muito menos há projeto.

O mencionado PAC tem produzido um conjunto de ELs públicos urbanos em dezenas de cidades, o que ainda carece de investigação. Dentro ainda dos novos programas federais o Programa Minha Casa Minha Vida, que tem investido vultuosos recursos na habitação para rendas mais baixas exige a construção de condomínios fechados, favorecendo a segregação urbana e o amuralhamento de espaços que poderiam ser públicos como as praçinhas e áreas de recreação criadas em centenas de novos empreendimentos pelo país afora.

Importante também é ressaltar que a legislação compreende lacunas, contradições, sobreposições, refletindo em conflitos entre escalas, esferas e órgãos da administração pública municipal, estadual e federal.

### **Da vinculação entre formas de apropriação, potenciais de uso e os tipos de ELs públicos urbanos**

Além da relação entre a distribuição de renda x mobilidade, verificamos que o clima também é determinante na caracterização dos usos e apropriação dos ELs públicos. Os usos noturnos em locais de clima quente, ou épocas quentes, cotidianamente ou em períodos de férias, contrapõem-se a outras regiões, de clima menos quente. A orla fluvial de Belém e Manaus, as praças de Palmas, o calçadão da Praia de Boa Viagem em Recife, o Farol e

---

<sup>20</sup> Amplo programa de alavancada do crescimento, em andamento desde 2010, que prioriza projetos de investimentos em saneamento ambiental, habitação, transporte, energia, meio ambiente, recursos hídricos e saúde, orçado em mais de 750 bilhões de dólares. Considerando nosso conjunto de cidades, há obras do PAC em Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Maringá, Natal, Recife, Rio de Janeiro, Santa Maria e Vitória.

Forte da Barra em Salvador, o *footing* noturno em Fortaleza, Campo Grande, Maringá ou Maceió são exemplos de formas de apropriação do tecido urbano em graus diferentes de consolidação.

As diferentes realidades culturais – regionais e locais – existentes no Brasil geram uma diversidade de comportamentos, resultando em novos usos e formas de apropriação dos ELs públicos e privados. Novos hábitos têm alterado configurações urbanas. A prática de comer ao ar livre em São Paulo é hábito recente, remonta a meados dos anos de 1980 apenas, ganhando então ruas e calçadas.

Outro exemplo são as atividades físicas, notadamente incorporadas ao contexto urbano desde meados dos anos de 1970, realizadas em espaços públicos, havendo o aparelhamento de parques urbanos ou calçadões de orla para este fim. Para isto contribuiu a não abertura de novos clubes privados, e mesmo a redução do número de clubes existentes.

As atividades físicas ao ar livre também são um dos principais indutores para a implantação de novas praças e calçadões de orlas, objeto de diversas experiências projetuais. Por outro lado, nos parques urbanos o programa de uso é mais variado, sendo o passeio e a contemplação importantes motes para o uso. Estes se consolidam como espaços de lazer de diferentes estratos da população, e novos parques, muitos com projetos de qualidade incorporando APPs, difundem a figura do parque linear<sup>21</sup> em várias cidades, como Campo Grande, Sorocaba, Rio Branco, Fortaleza e São Paulo.

Outras formas de apropriação foram abandonadas por mudanças da própria estrutura urbana. Em Manaus, os banhos nos igarapés<sup>22</sup> deixaram de ser feitos na cidade em decorrência da poluição das águas, sendo transferidos para outras regiões mais distantes. Em São Paulo, práticas como a pesca em córregos, desapareceram. A partir dos anos 1970, sendo gradativamente substituídas pela pesca em locais distantes ou nos populares pesqueiros das vizinhanças da capital.

O organograma adiante, é uma tentativa de explicitar as formas de apropriação dos ELs públicos, e seus potenciais usos, onde se procura demonstrar a fragilidade da idéia, já citada, de esvaziamento dos ELs urbanos.

---

<sup>21</sup> Parque linear é aqui entendido como estrutura de âmbito urbano, de implantação ao longo de cursos d'água, para proteção ambiental.

<sup>22</sup> Afluentes de rio, assim denominados na Região da Amazônia brasileira.

Sem a intenção de ser uma listagem conclusiva e exaustiva, se presta a mostrar as inúmeras atividades, cotidianas ou não, de organização formal ou informal, se organizadas – por parte do Poder Público ou não – de ocorrência eventual ou contínua. Interessam, sobretudo, as atividades cotidianas, que têm nas ruas e calçadas o espaço primordial.

As formas de apropriação dos ELs variam de acordo com o seu tipo, localização e caráter predominante, como pode ser aferido pelo Quadro, adiante. O estudo não pretende exaurir os tipos possíveis, e para cada localidade e suas particularidades em termos de uso e apropriação, novos tipos e subtipos podem ser apontados.

Com a fragmentação cultural e dispersão de usos nas cidades, novos espaços surgem. Intervenções urbanas de porte como estações de metrô, terminais e pontos de ônibus são pólos geradores de novos usos ao seu redor.

## **Conclusões**

Apesar das particularidades culturais, sócio-econômicas, do sítio e das condições físicas, é possível identificar padrões comuns de distribuição dos ELs públicos nas cidades brasileiras.

Os ELs públicos existem, mas são mal distribuídos (Curitiba, Maceió, Natal), e, ao contrário do que se poderia imaginar, o problema não é a escassez quantitativa, pois há grandes estoques, seja por todo o tecido urbano (Campinas e Palmas), seja em zonas urbanas específicas (zona sul, leste, oeste etc.) de várias das metrópoles e cidades médias estudadas: Belém, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Maceió, Manaus, Natal, Palmas e São Paulo. Evidencia-se, sim, a escassez de áreas para implantação de novos ELs, tanto públicos como privados, em especial para recreação e convívio, no intraurbano, em áreas consolidadas. Da mesma forma, observam-se práticas políticas similares que resultam na ausência ELs públicos devidamente qualificados que atendam de fato as demandas sociais dentro de uma visão do todo urbano.

Das cidades estudadas somente aquelas para as quais se desenvolveu plano urbanístico, possuem, nas áreas centrais, um sistema pensado de ELs públicos: Belo Horizonte, Brasília, Maringá e Palmas apresentam um conjunto de praças e parques

intencionalmente criado (desse tipo). Outras, por intermédio de planos e ações específicos, tiveram períodos significativos de projeto de ELs públicos como as praças de Burle Marx em Recife e os parques de Curitiba. Porém, *grosso modo*, a ausência da visão de conjunto, que buscava articular as questões de caráter ambiental, funcional e cultural é recorrente, predominando a demora, a ação pontual, os projetos de oportunidades, os programas desarticulados e descontínuos, as dificuldades técnicas, o uso de material inadequado e o desconhecimento da legislação na implantação dos projetos. No entanto, é fundamental dizer que existe planejamento urbano sendo elaborado em todas as cidades pesquisadas, talvez e, às vezes por certo, não o planejamento progressista desejado, mas a atividade está em franco processo.

As análises revelam a diversidade tipológica e funcional dos ELs livres públicos e a diversidade de usos a eles associados, realizando a esfera pública geral. Neste sentido, a precária manutenção dos ELs públicos urbanos ocorre de forma generalizada, mas é acentuada em muitas cidades nos bairros mais pobres. Se a nula ou precária manutenção dos ELs públicos prejudica a realização da esfera pública geral, no entanto, não a impede. Esta é uma constatação válida para as praças e parques e mais válida ainda para as ruas, sobretudo dos bairros pobres, e para os campos de futebol que, independente da precariedade, da desqualificação arquitetônica (geral), possibilitam “o ver se ser visto por outros”, com os acordos, códigos, complementaridades, sobreposições e conflitos iminentes.

## **Material gráfico**

**Tabela – População: Algumas Cidades e Regiões Metropolitanas do Brasil – 2010**

<b>Região do País: N° de Estados</b>	<b>Estado</b>	<b>Cidade</b>	<b>Popul. Total da Capital</b>	<b>Popul. Total da Região Metropolitana</b>	<b>Região Metropolitana/ N° de Munic.</b>	
Norte: 7	Amazonas	Manaus	1.802.525	2.106.866	8	
	Pará	Belém	1.392.031	2.100.319	6	
	Tocantins	Palmas	228.297	**	**	
Sudeste: 4	Espírito Santo	Vitória	325.453	1.685.384	7	
	Minas Gerais	Belo Horizonte	2.375.444	4.882.977	34	
	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	6.323.037	11.711.133	20	
	São Paulo	São Paulo	São Paulo	11.244.369	19.672.582	34
		Campinas *	Campinas	1.080.999	2.798.477	19
		Ribeirão Preto *	Ribeirão Preto	605.114	***	***

**Espaços livres públicos nas cidades brasileiras**

Vanderli Custódio, Ana Cecília de Arruda Campos, Sílvio Soares Macedo, Eugenio Fernandes Queiroga

		Sorocaba *	586.311	***	***
		Suzano *	262.568	Integra a RMSP	Integra a RMSP
Centro-Oeste: 3	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	787.204	**	**
Sul: 3	Paraná	Curitiba	1.746.896	3.168.980	26
		Maringá *	357.117	612.617	25
	Rio Grande do Sul	Santa Maria *	261.027	**	**
	Santa Catarina	Florianópolis	421.203	1.012.831	22
Nordeste: 9	Alagoas	Maceió	932.608	1.156.278	11
	Bahia	Salvador	2.676.606	3.574.804	13
	Ceará	Fortaleza	2.447.409	3.610.379	15
	Maranhão	São Luís	1.011.943	1.327.881	4
	Pernambuco	Recife	1.536.934	3.688.428	14
	Rio Grande do Norte	Natal	803.811	1.295.627	10
Capital do Brasil	Distrito Federal	Brasília *	2.562.963	3.716.996	Região Integrada de Desenvolvim

## Espaços livres públicos nas cidades brasileiras

Vanderli Custódio, Ana Cecília de Arruda Campos, Sílvia Soares Macedo, Eugenio Fernandes Queiroga

-----

					ento: Brasília e entorno
--	--	--	--	--	-----------------------------

(\*) Não é capital de estado. (\*\*) É microrregião. (\*\*\*) Há projeto de criação de região metropolitana.

Fonte: IBGE. *População: dados preliminares do censo 2010*. \_\_\_\_\_. *Censo Brasileiro 2010: dados consolidados*.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 dez. 2010.

**Quadro – Tipos de Espaços Livres**

<b>TIPOS ESPAÇOS LIVRES</b>	<b>SUBTIPOS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>	
De caráter ambiental	APP		
	Corpos d'água		
	Encostas		
	Matas nativas		
	Dunas		
	Manguezais		
	Bosques urbanos		
	Florestas urbanas		
De práticas sociais	Mirantes		
	Pátios		
	Recantos		
	Jardins		
	Largos		
	Escadarias		
	Praças		contemplativas
			recreativas
			esportivas
			mistas
			conservação
			memoriais
	Parques nucleares intraurbanos e lineares da rede hídrica		contemplativas
		recreativas	
		esportivas	
		mistas	
		conservação	
		especiais: Jd. Botânico,	



## Espaços livres públicos nas cidades brasileiras

Vanderli Custódio, Ana Cecília de Arruda Campos, Sílvia Soares Macedo, Eugenio Fernandes Queiroga

-----

	Horto
Opção: Parques nucleares	Parques de vizinhança
	Parques de Bairro
	Parques Regionais
	Parques da Cidade
Opção: Parques lineares	Tipo 1 - Alta integridade
	Tipo 2 - Média integridade
	Tipo 3 - Integridade nula
Parques de Bolso ou <i>pocket parks</i>	
Calçadão	de praia, agregado ou não a ciclovia
	beira-rio, com ou sem praia, com ou sem ciclovia
Praia Urbana	marítima, fluvial, lacustre
	orlas tratadas ou não
Quadras esportivas	polivalentes ou não
Campos de futebol de várzea	
Piscinão	ex: de Ramos
Piscinas públicas	
De espaços livres de circulação e pedestres	
Calçadas	arborizadas ou não
Ruas	arborizadas ou não
Avenidas	arborizadas ou não
Vielas	
Alamedas	

## Espaços livres públicos nas cidades brasileiras

Vanderli Custódio, Ana Cecília de Arruda Campos, Sílvia Soares Macedo, Eugenio Fernandes Queiroga

	Escadaria/ Beco	
	Canto de Quadra	
	Estradas	
	Estacionamentos	arborizados ou não
	Refúgios	
	Vias parque	
	Ciclovias	
	Caminhos de pedestres	
	Calçadão	de área central ou caráter turístico
De espaços livres associados a sistemas de circulação	Canteiros centrais e laterais de porte	
	Rotatórias	
	Baixios de viadutos	
	Faixas de domínio	ferrovia e rodovia
	Taludes	
	Trevos	
	Terrenos remanescentes de sistema viário	em geral ajardinados
	Praças viárias	
	Redes de ciclovias	elementos de lazer e circulação
De espaços livres associados a infra-estrutura urbana	Margens de reservatórios	
	Estação de tratamento de água	
	Estação de tratamento de esgoto	
	Reservatório de água	
	Linhas de alta tensão	
	Linhas de adutoras	

## Espaços livres públicos nas cidades brasileiras

Vanderli Custódio, Ana Cecília de Arruda Campos, Sílvia Soares Macedo, Eugenio Fernandes Queiroga

	Bacias de detenção/ retenção	
	Viela sanitária	
	Aterro sanitário (a discutir)	
De espaços livres associados a edifícios e entidades de serviços públicos	Campus universitário	
	Cemitério	
	Centro administrativo	
	Centro esportivo	
	Centro recreativo	
	Escola	
	Museu	
	Centro Cultural	
	Hospital e posto de saúde	
	Parques Temáticos	
	Aeroporto	
De espaços livres privados de uso coletivo	Parques	
	Lajes (tetos das moradias)	
	Jardins	
	Praças	
	Pátios	
	Parques de Bolso ou <i>pocket parks</i>	
	Centro Campestre/ Clube de campo	
	Centro de Compras	
De espaços livres particulares	Pátios	
	Jardins	
	Bosque	

### Espaços livres públicos nas cidades brasileiras

Vanderli Custódio, Ana Cecília de Arruda Campos, Sílvia Soares Macedo, Eugenio Fernandes Queiroga

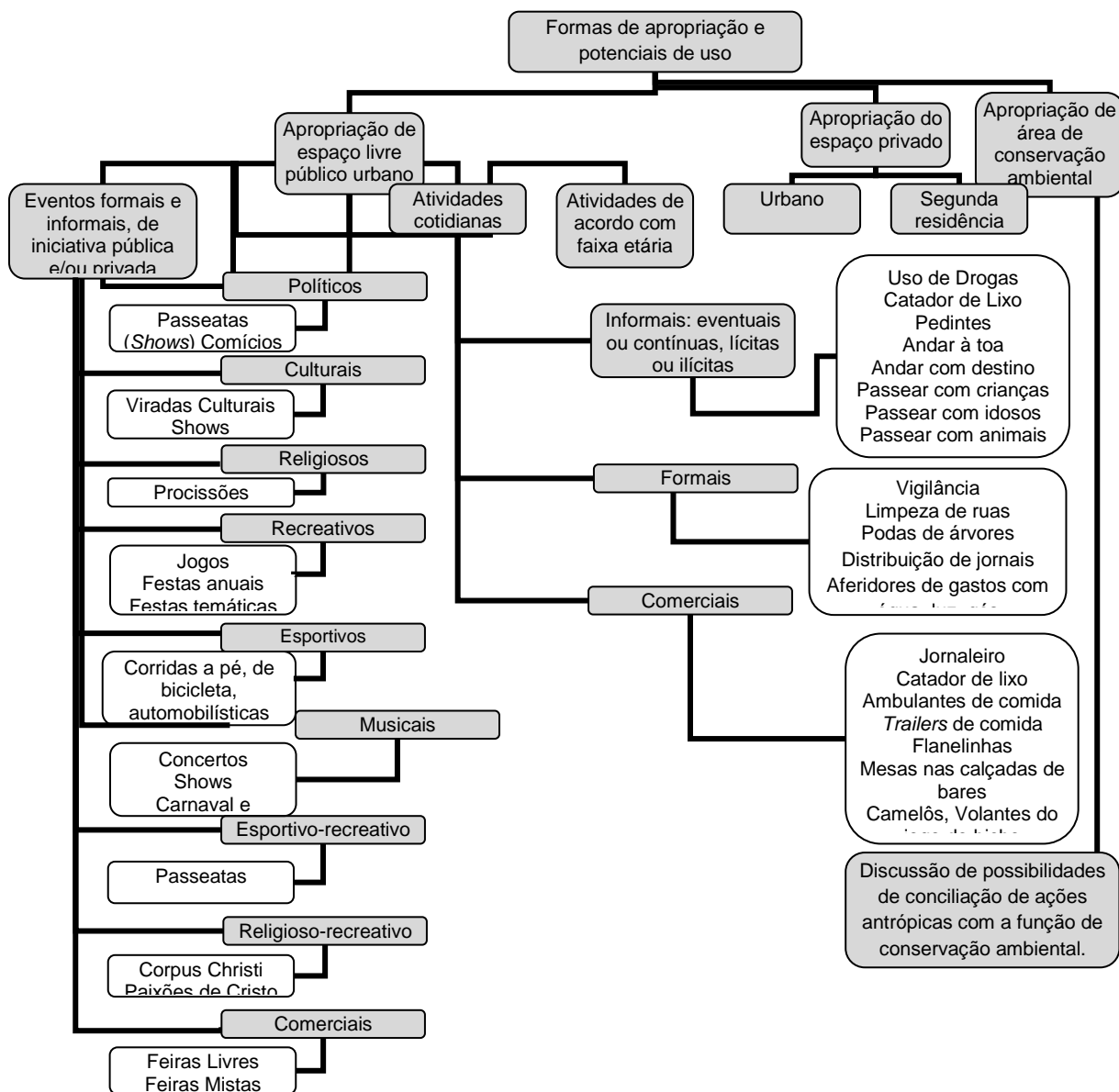
-----

	Quintais		
Outros	Áreas de reflorestamento		
	Viveiros de plantas e hortos		
De espaços livres com ou sem Vegetação Significativa Produtivos ou não	Áreas de chácaras ou sítios de recreio		
	Pesqueiros		
	Pastos		
	Chácara/ Horta/ Sítio		
	Haras/ criação de animais		
	ELs industriais		
	Terrenos não ocupados (espaços de transição)		

Elaboração: Ana Cecília Arruda de Campos, 2010.

Observação: o texto faz referência somente aos espaços livres públicos, contudo decidimos por fazer constar tanto o Quadro quanto o Diagrama completos, isto é, incluindo os espaços livres privados. Podem ser de interesse a outros pesquisadores.

**Diagrama— Formas de Apropriação e Potenciais de Uso de ELs Urbanos**



Elaboração: Ana Cecília Arruda de Campos, 2010.

## **Bibliografia citada**

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1991.

BARTALINI, Vladimir; LIMA, Catharina P. C. dos S. **Proposta de revisão do Sistema de Espaços Livres e Áreas Verdes (SELAV) do Plano diretor Estratégico do Município de São Paulo, 2006. (Trabalho técnico)**

CATEGORIAS DE ESPAÇOS LIVRES. Discussão realizada no **III Colóquio QUAPÁ SEL**, Curitiba, 2008. Equipe: Ana Rita Sá Carneiro; Bárbara Prado; Daniela Valente; Eneida Mendonça; Glauco Cocozza; Karin Meneguetti; Lucimara Oliveira; Monica Bahia Schlee.

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CUSTÓDIO, Vanderli; MACEDO, Silvio S.; et al. Os sistemas de espaços livres da cidade contemporânea brasileira e a esfera de vida pública: considerações preliminares. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina, 12º., 2009, Montevideo. **Anais do XII EGAL**, 3-7 abril. Montevideo: Universidad de la República, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. **Entre naturalismo y religión**. Barcelona: Paidós, 2006.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2007.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao “empresariamento”: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo: NERU, n.36, p.48-64, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados preliminares do Censo Demográfico de 2010. Classificação de cidades no Brasil de 2008. Disponível em: < <http://ww.ibge.gov.br> >. Acesso em: 26 jan. 2011.

### **Espaços livres públicos nas cidades brasileiras**

Vanderli Custódio, Ana Cecília de Arruda Campos, Sílvio Soares Macedo, Eugenio Fernandes Queiroga

---

MACEDO, Silvio S.; QUEIROGA, E.; ARRUDA CAMPOS, Ana C.; et. al. Considerações preliminares sobre o sistema de espaços livres e a constituição as esfera pública no Brasil. In: TÂNGARI, Vera R.; ANDRADE, Rubens de; SCHLEE, Mônica B. **Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências**. Rio de Janeiro: UFRJ – FAU. 2009.a.

MAGNOLI, Miranda. **Espaços livres e urbanização**. Tese (Livre-docência) – FAUUSP, São Paulo, 1982.

QUEIROGA, Eugênio. A esfera pública contemporânea e os espaços livres: contribuições para o estudo de sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, XIII, 2009, Florianópolis. **Anais do XIII ENANPUR**, Florianópolis, 2009. Sessão Livre.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. In: **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo: Geografia da FFLCH/USP, n.19, p.93-111, 2006.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; Maricato, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2009. p.75-103.

VIRILIO, Paul. A cidade superexposta. In: \_\_\_\_\_ **O espaço crítico**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993, p.7-21.